



Universidade Federal do ABC – UFABC
Centro de Matemática, Computação e Cognição – CMCC
Disciplina: Educação Inclusiva
Professora Dra. Priscila Benitez – E-mail: priscila.benitez@ufabc.edu.br

Aula 4

Educação inclusiva: marginalidade e os excluídos sociais



Retomando o cronograma

- Saudações aos novos alunos que chegaram entre a semana passada e hoje!

Objetivos da Aula 4

- Espera-se que o aluno seja capaz de:
 - Conceituar educação inclusiva
 - Identificar o público-alvo da educação inclusiva

- Documentário – Crianças invisíveis (2005)
 - 7 histórias de crianças vivendo em situações de pobreza em diversos países

- Documentário – Crianças invisíveis (2005)

- Discussão

- Jogos de rua (carrinho, tabuleiro)
- Interação com outras pessoas – Linguagem utilizada para negociação e resolução de problemas
- Trabalho infantil
- Exposição à violência / trânsito
- Criança e infância X Adulto = relações de trabalho
- Realidade do dia-a-dia de Bilu e João é uma realidade tipicamente infantil?



João e Bilu → Educação inclusiva?

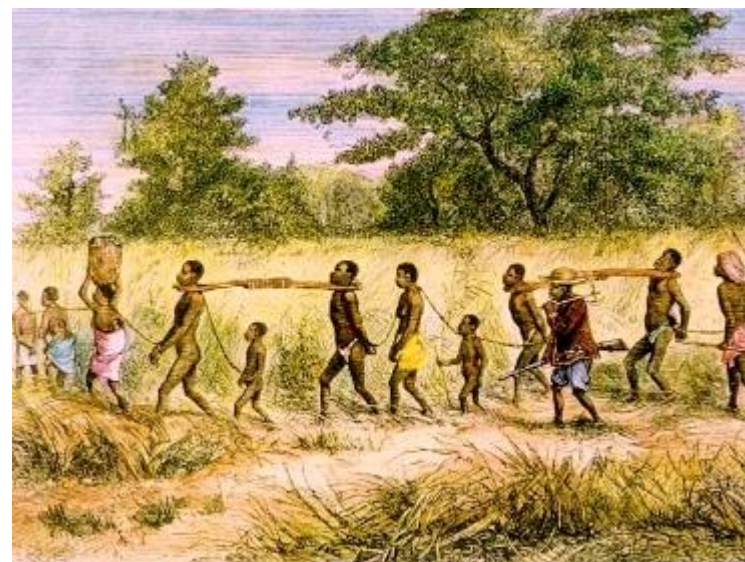


Educação inclusiva?





Educação inclusiva?





Educação enquanto um direito humano

**Arquivo da Profa. Ruth sobre os posts do
facebook**

Escola, democracia e marginalidade (Saviani, 1999)

- Saviani (1999) – Parte 1
 - “Marginalidade como um desvio, um acidente que afeta individualmente cada sujeito e deve ser corrigida”

Situação educacional no Brasil

- Estimativas em 1970
 - “Cerca de 50% dos alunos das escolas primárias desertavam em condições de semianalfabetismo ou de analfabetismo potencial na maioria dos países da América Latina”
(Tedesco, 1981: 57 apud Saviani, 19990).
 - “Isto sem levar em conta o contingente de crianças em idade escolar que sequer têm acesso à escola e que, portanto, já se encontram a priori marginalizadas dela”.

Situação educacional no Brasil

- Em 1990
 - Apenas 19% da população tinham primeiro grau completo,
 - 13%, o nível médio e
 - 8% possuíam o nível superior.
 - Hoje a realidade mudou em índices, mas substancialmente a exclusão permanece (Guzzo et al., 2010).
- “Mesmo tendo apresentado significativas mudanças nos indicadores quantitativos, o perfil da educação brasileira durante as duas últimas décadas mantém-se distante dos patamares de uma sociedade que se pretenda justa e igualitária” (Guzzo et al., 2010).
 - “Ainda vivemos com alta taxa de analfabetismo e com crianças que se matriculam nas escolas, mas não permanecem ou progridem na escolaridade” (Guzzo et al., 2010).

Tripé da educação inclusiva: 1990, 1994 e 1999

Declaração Mundial de Educação para Todos

- Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem – 1990
- Contexto
 - Década de 80 e 90
 - Aumento da dívida de muitos países, a ameaça de estagnação e decadência econômicas, o rápido aumento da população, as diferenças econômicas crescentes entre as nações...

Declaração Mundial de Educação para Todos

■ Objetivos da Declaração

- “Nós, os participantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, reunidos em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990:

- Relembrando que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro;

- Entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, económico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional;

- Admitindo que, em termos gerais, a educação que hoje é ministrada apresenta graves deficiências, que se faz necessário torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, e que ela deve estar universalmente disponível;

- Reconhecendo a necessidade de proporcionar às gerações presentes e futuras uma visão abrangente de educação básica e um renovado compromisso a favor dela, para enfrentar a amplitude e a complexidade do desafio.

- Sabendo que a educação, embora não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o progresso pessoal e social;

- Reconhecendo que o conhecimento tradicional e o património cultural têm utilidade e valor próprios, assim como a capacidade de definir e promover o desenvolvimento;

- Reconhecendo que uma educação básica adequada é fundamental para fortalecer os níveis superiores de educação e de ensino, a formação científica e tecnológica e, por conseguinte, para alcançar um desenvolvimento autónomo; e

- EDUCAÇÃO PARA TODOS: OBJETIVOS

- ARTIGO 1 . SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM

- Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem.

- EDUCAÇÃO PARA TODOS: UMA VISÃO ABRANGENTE E UM COMPROMISSO RENOVADO

- ARTIGO2 . EXPANDIR O ENFOQUE

- Lutar pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos exige mais do que a ratificação do compromisso pela educação básica. É necessário um enfoque abrangente, capaz de ir além dos níveis atuais de recursos, das estruturas institucionais; dos currículos e dos sistemas convencionais de ensino, para construir sobre a base do que há de melhor nas práticas correntes

- ARTIGO 3 UNIVERSALIZAR O ACESSO À EDUCAÇÃO E PROMOVER A EQUIDADE

- A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos.

▪ ARTIGO 4 CONCENTRAR A ATENÇÃO NA APRENDIZAGEM

- A tradução das oportunidades ampliadas de educação em desenvolvimento efetivo - para o indivíduo ou para a sociedade - dependerá, em última instância, de, em razão dessas mesmas oportunidades, as pessoas aprenderem de fato, ou seja, apreenderem conhecimentos úteis, habilidades de raciocínio, aptidões e valores.

▪ ARTIGO 5 AMPLIAR OS MEIOS DE E O RAIO DE AÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

- A aprendizagem começa com o nascimento.
- Todos os instrumentos disponíveis e os canais de informação, comunicação e ação social podem contribuir na transmissão de conhecimentos essenciais, bem como na informação e educação dos indivíduos quanto a questões sociais

▪ ARTIGO 6 PROPICIAR UM AMBIENTE ADEQUADO À APRENDIZAGEM

- A aprendizagem não ocorre em situação de isolamento. Portanto, as sociedades devem garantir a todos os educandos assistência em nutrição, cuidados médicos e o apoio físico e emocional essencial para que participem ativamente de sua própria educação e dela se beneficiem.

■ ARTIGO 7 FORTALECER AS ALIANÇAS

- As autoridades responsáveis pela educação aos níveis nacional, estadual e municipal têm a obrigação prioritária de proporcionar educação básica para todos. Não se pode, todavia, esperar que elas supram a totalidade dos requisitos humanos, financeiros e organizacionais necessários a esta tarefa.

■ EDUCAÇÃO PARA TODOS: OS REQUISITOS

■ ARTIGO 8 DESENVOLVER UMA POLÍTICA CONTEXTUALIZADA DE APOIO

- Políticas de apoio nos setores social, cultural e econômico são necessárias à concretização da plena provisão e utilização da educação básica para a promoção individual e sócia

■ ARTIGO 9 MOBILIZAR OS RECURSOS

- Para que as necessidades básicas de aprendizagem para todos sejam satisfeitas mediante ações de alcance muito mais amplo, será essencial mobilizar atuais e novos recursos financeiros e humanos, públicos, privados ou voluntários.

■ ARTIGO 10 FORTALECER A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

- Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem constitui-se uma responsabilidade comum e universal a todos os povos, e implica solidariedade internacional e relações econômicas honestas e eqüitativas, a fim de corrigir as atuais disparidades econômicas. T

Educação Inclusiva

- Declaração Mundial de Educação para Todos – 1990
- Declaração de Salamanca – 1994
 - “Reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino”.
 - Assegurar qualquer suporte extra para garantir a inclusão do estudante público-alvo da educação especial.
- Desafio da escola inclusiva → Desenvolvimento de uma pedagogia centrada no estudante, que seja capaz de educar a todos, incluindo aqueles com desvantagens severas.
- O estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva.
- Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade.

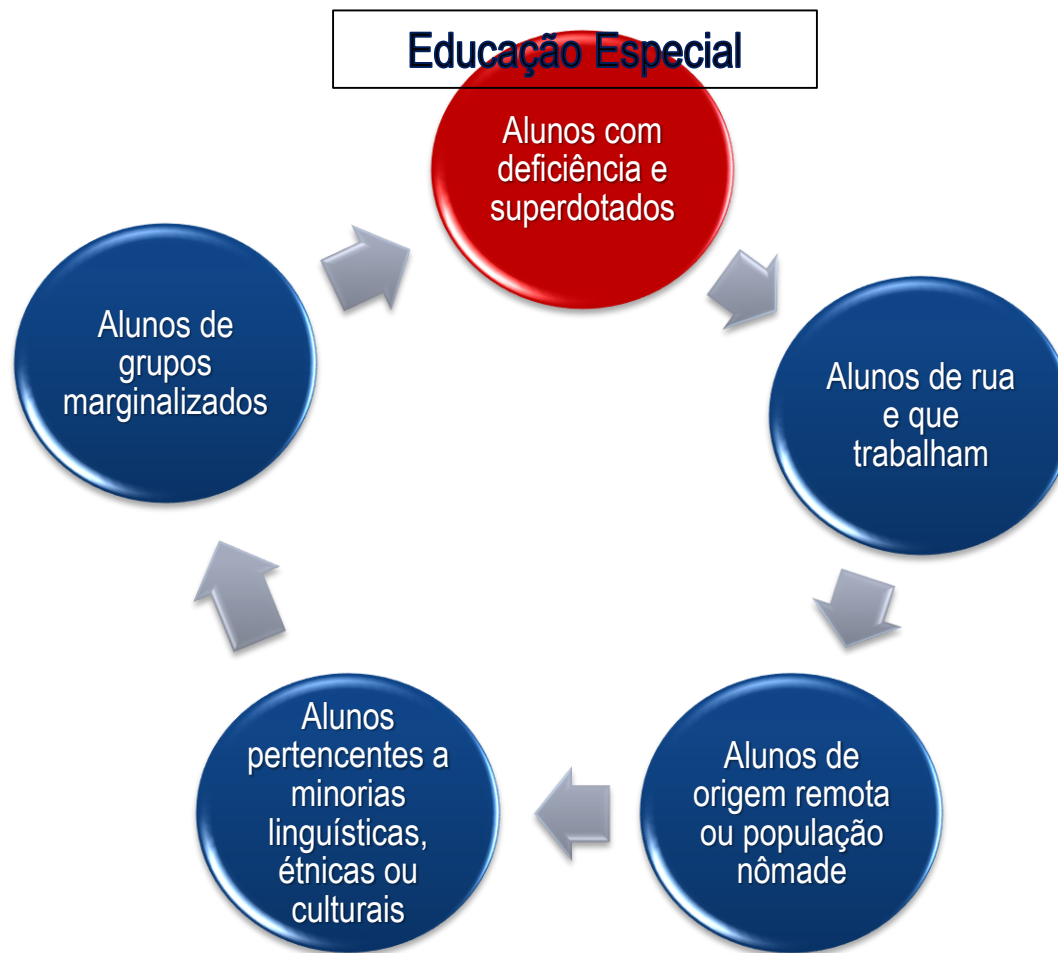
Educação Inclusiva

- Declaração de Salamanca – 1994
 - Países que possuam poucas ou nenhuma escolas especial seriam em geral, fortemente aconselhados a concentrar seus esforços no desenvolvimento de escolas inclusivas e serviços especializados - em especial, provisão de treinamento de professores em educação especial e estabelecimento de recursos adequadamente equipados e assessorados.
- Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – 2008
 - “O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação”.
- Educação inclusiva
 - Constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos.
 - Confronta as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las
 - Foco na superação da lógica da exclusão.
 - A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os estudantes tenham suas especificidades atendidas.

Qual o público da educação inclusiva?

- Escolas devem acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

- Incluir



(Declaração de Salamanca, 1994)

Organização dos seminários

- Grupos de 3 – 5 pessoas
 - Grupo 1: Deficiência intelectual
 - Grupo 2: Deficiência visual
 - Grupo 3: Surdo
 - Grupo 4: Deficiência física
 - Grupo 5: Deficiência múltipla
 - Grupo 6: Surdocegueira
 - Grupo 7: Transtornos Globais do Desenvolvimento / Transtorno do Espectro Autista
 - Grupo 8: Altas habilidades / superdotação

Organização dos seminários

- Organização do Relatório do Seminário: A3 e Apresentação
 - Parte 1: Comportamentos definidores da deficiência ou transtorno ou talento e principais características.
 - Parte 2: Atendimento Educacional ao público selecionado – exemplos de estratégias educacionais

Combinados para a próxima aula

- Leituras
 - **O**: Política (2008) – item IV – Estudantes atendidos pela Educação Especial
 - **C**: Capítulo IV – Do direito à educação da Lei Brasileira de Inclusão (2016)
- Entregar A2
 - Resenha das políticas inclusivas
 - Parte 1: apresentar as ideias principais das políticas inclusivas selecionadas (no mínimo 2)
 - Parte 2: concluir o texto com comentário pessoal sobre as políticas inclusivas